



ATÉ ONDE JÁ SE VOTOU NA CONSTITUINTE

Tributação começa a ser votada hoje

Terminou ontem na Comissão de Sistematização, a votação do título V do substitutivo do relator Bernardo Cabral. Hoje, às 9h, a comissão volta a se reunir para iniciar a votação dos destaques ao título seguinte, relativo a tributação e orçamento.

No início da noite de ontem foram aprovadas apenas duas emendas. Por unanimidade, com 85 votos, foi acolhida a do deputado Adylson Motta (PDS/RS), propondo a substituição de um trecho do parágrafo 2º do artigo 162, que passou a ter o seguinte texto: "A polícia civil, dirigida por delegados de carreira, cabe o exercício da polícia judiciária e a apuração das infrações penais".

O autor explicou que o objetivo da emenda é compatibilizar os interesses das polícias civis e militares.

A outra emenda aprovada foi a do líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), que substituiu o texto do parágrafo 5º do artigo 162. A redação aprovada foi: "Os municípios poderão constituir guardas municipais, destinadas à proteção das instalações e dos serviços municipais". O objetivo da emenda, segundo o autor, é impedir que seja aberto na Constituição um permissivo que leve as guardas municipais a exercerem funções repressivas, já que sua função básica é colaborar com a ordem dos serviços municipais.

PL elegerá amanhã a sua nova direção

O Partido Liberal (PL) realiza amanhã, na Câmara dos Deputados, sua primeira convenção nacional, cujo objetivo, além de traçar as linhas para que consiga o registro definitivo, será o de eleger a nova direção nacional e a sua executiva.

Segundo o presidente do PL, Alvaro Valle, que poderá ser reeleito, o partido deve ter, já nas próximas eleições, candidaturas próprias em quase todos os estados onde está representado formalmente. Atualmente o PL tem diretórios regionais em todos os estados, mas somente em 14 foram realizadas convenções regionais.

Richa propõe emendas só em tema polêmico

O senador José Richa (PMDB-PR) propôs ontem a abertura de prazo para apresentação de novas emendas ao projeto constitucional, antes de sua votação em plenário, mas apenas em relação aos pontos considerados polêmicos. Desta forma, ele acredita que será possível atender aos interesses mudancistas do Centrão, sem contudo prolongar indefinidamente os trabalhos da Constituinte.

Num dia consumido pelas repercussões em torno da suspensão da moratória, a proposta do senador paranaense foi o único fato novo na briga do Centrão pela alteração do regimento interno. Enquanto destacados líderes centristas, como o deputado Roberto Cardoso Alves, chegaram a deixar a cidade logo pela manhã, o tripresidente Ulysses Guimarães preferiu concentrar suas atenções na reação peemedebista à moratória — da qual nem sequer fora informado até o final da tarde.

Entre os constituintes, tanto moderados como progressistas, a expectativa é de que Ulysses anuncie na próxima terça-feira, durante sessão do plenário, a solução intermediária que já reúne consenso quase unânime: reabertura do prazo de emendas, mas apenas por artigos — e não por títulos ou capítulos, como inicialmente queria o Centrão. Quanto ao substitutivo global, este já está definitivamente descartado.

Segundo o líder do PTB, deputado Gastone Righi, esta fórmula atende perfeitamente aos interesses dos centristas, que não pretendem mexer no projeto inteiro, mas apenas em algumas partes dos capítulos da ordem social e da ordem

econômica. "O maior trecho que queremos alterar não passa de cinco artigos", acrescentou, referindo-se aos dispositivos que tratam da reforma agrária, e que o grupo quer substituir pelo texto do Projeto Hércules 2, derrubando a emissão imediata de posse.

Embora o líder petebista garanta que o Centrão votará unido neste e em alguns outros pontos, o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) duvida. Na opinião dele, a pretensa coesão dos moderados acabará no momento em que o projeto constitucional começar a ser votado pelo plenário: "A união deles é só para mudar o regimento interno. Quero ver se têm 280 votos para aprovar uma emenda. Só acredito em alterações ao projeto da Sistematização através de acordo entre as forças políticas".

O deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) é outro que põe em dúvida a unidade centrista. Ele lembrou que muitos dos que assinaram o projeto de resolução nada mais querem que a reabertura da possibilidade de apresentação de emendas, o que não significa necessariamente um alinhamento ideológico com a ala conservadora da Constituinte.

Por sua vez, o senador Mário Covas, líder peemedebista na Constituinte, reafirmou que aceita a proposição de novas emendas por artigos. Ele rejeita veementemente proposições por títulos ou substitutivos globais. "Neste caso, o PMDB sozinho, que tem maioria na Assembleia, seria capaz de fazer a Constituição, o que não seria bom para o País. Cada artigo tem que reunir a sua maioria específica".

Conselho revela saúde do AI-5

uma conquista dele (o Juiz) mas principalmente de quem acredita na Justiça. O Juiz só pode dar o que tem. Se ele não tem garantia, obviamente quem precisa de garantia ficará sem ela. Embora pareça exagero, mas o funcionamento de tal órgão permitiria a comparação de uma ameaça ao Juiz, semelhantemente a que ocorria durante a vigência do famigerado AI-5.

Como se sentirá um Juiz, ao julgar uma causa, se sabe que pode ser punido ou pressionado por alguns membros de um Conselho que tem interesses políticos e partidários em que o julgamento ocorra num determinado sentido? Vale aqui tentar também responder ao ex-presidente do STF, ministro Cordeiro Guerra, que numa de suas últimas conferências indagou: Será a sujeição dos juizes aos partidos políticos um progresso? E faríamos outras indagações para reflexões: E o temor do Juiz diante do "controle" de seu desempenho e atividades, seria isto bom para quem precisa de sua independência para um julgamento justo?

Mas a idéia de incluir no novo texto constitucional um Conselho de "controle" só do Juiz, no sentido de representar um Poder acima de outro Poder, não pode ainda disfarçar um tipo de interesse contrariado de quem tentou, sem êxito legal, ganhar porque queria naturalmente ganhar, alguma questão em algum momento na Justiça. Somente assim se explicaria esta idéia reveladora da saúde do AI-5.

Para deputado, Carta só sairá em abril

Belo Horizonte — A Constituição brasileira deve ser promulgada até o dia 21 de abril e os atrasos que sofreu e vem sofrendo na aprovação dos destaques devem-se ao fato da falta de experiência. A última Constituição feita por parlamentares foi em 1946".

A afirmação é do deputado Milton Reis, do PMDB mineiro, feita ontem, em Belo Horizonte, durante a visita do presidente Sarney ao Estado.

Segundo o deputado, o prazo para aprovação dos destaques foi pequeno, uma vez que as emendas apresentadas são muitas e a única oportunidade que o constituinte tem de apresentá-las é em plenário. "Objetivo é permitir áquelas que não participam da Sistematização,

Forças Armadas mantêm papel

Comissão não muda as atribuições previstas por Cabral



Comandantes de PMs de vários Estados conversam com Ulysses Guimarães

Polícia Civil perde a função preventiva

"A ditadura militarizou a polícia e a democracia agora consagra isso. É um absurdo!" reagiu de forma explosiva ontem, na Comissão de Sistematização, o delegado de polícia, professor universitário, pesquisador e bacharel em Direito, Murilo de Macedo Pereira. Sem notar a presença dos jornalistas, ele criticava, na lateral do plenário, a aprovação de emenda do deputado Hélio Rosas (PMDB-SP) que tira da Polícia Civil a função de exercer o policiamento preventivo.

O delegado se recusou a dar entrevistas, alegando que isso poderia lhe custar uma suspensão de 30 dias, mas ainda acrescentou a seus interlocutores a observação de que o projeto da Comissão Arinos era melhor. Explicou que "a atividade policial, em todos os tempos, desde a mais remota antiguidade até os dias atuais e em todos os países, tem sido um serviço de natureza essencialmente civil".

Secretário de Segurança Pública do governo Montoro em São Paulo, o deputado Michel Temer (PMDB-SP), ao contrário, votou favoravelmente à emenda: "O ideal é uma divisão perfeita de competências, para evitar os constantes conflitos entre as polícias Militar e Civil". O ex-secretário acha que a Polícia Civil devem ser re-

servadas as funções de investigação e instrução de inquérito policial. "Sem uma divisão clara, as duas polícias acabariam se encontrando na rua fazendo o mesmo serviço", justificou.

Quanto às Polícias Militares, observou o deputado que continuam como forças auxiliares do Exército e, nessa condição, defende que sejam mobilizadas pela União apenas em casos de emergência, como intervenção federal, Estado de Defesa ou Estado de Sítio. Lembrou, a propósito, que mesmo os governos autoritários foram cautelosos na convocação das PMs.

Numa sessão particularmente calma, a Comissão de Sistematização manteve, na manhã de ontem, praticamente o mesmo texto dado pelo relator Bernardo Cabral ao título V, que trata da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. O capítulo II, que define o papel das Forças Armadas, não foi alterado, apesar do empenho do deputado José Genoíno (PT-SP) em fazer aprovar uma emenda que previa a intervenção das Forças Armadas somente para garantir a ordem constitucional. A proposta foi rejeitada por 64 votos a 20, com uma única abstenção.

Pelo substitutivo do relator, esta intervenção se dá para garantir a lei e a ordem quando convocada por um dos três poderes constitucionais: na visão do deputado petista, as expressões "lei e ordem" poderiam levar o Exército, a Marinha e a Aeronáutica a exercerem em situações de desordem, um papel que cabe exclusivamente à polícia. A proposta teve parecer contrário da relatoria e foi combatida pelo líder do PMDB no Senado, líder Fernando Henrique Cardoso, um dos autores do texto que acabou prevalecendo. Para o senador, a versão que consta do substitutivo garante totalmente a subordinação das Forças Armadas à ordem constitucional.

Outras tentativas de modificação no título V foram feitas: o deputado Haroldo Lima (PC do B-BA) propôs a total supressão do artigo que institui o Estado de Defesa; nova derrota — 47 constituintes votaram a favor da manutenção da medida enquanto que 22 parlamentares gostariam de vê-la fora do substitutivo.

O deputado Wilson Souza (PMDB-SC) propôs que o decreto presidencial para a instalação do Estado de Defesa fosse precedido de aprovação do Congresso Nacional. O substitutivo, afinal mantido, prevê a aprovação posterior do Estado de Defesa pelo Congresso. Neste artigo, o número 152, foi feita somente uma adaptação de texto, para que fique mais claro, proposta pelo deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE).

Também foi derrotada a proposta do deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR) que criaria uma nova seção no título V — garantindo que, em caso de golpe e consequente estado de exceção, a Constituição continuaria em vigor e, mesmo que fosse modificada, voltaria à sua redação anterior tão logo o País voltasse ao Estado de Direito e à Democracia. A emenda foi derrotada por 56 votos a 23.



Friedrich

Função é garantir a ordem

A garantia da ordem interna é função das Forças Armadas, conforme o capítulo do substitutivo do relator Bernardo Cabral aprovado ontem pela Comissão de Sistematização. Só poderão intervir nesses casos, contudo, se convocados por um dos poderes constituintes.

A convocação também é necessária para que atuem em defesa da lei. Além disso, o artigo 160 estabelece que as Forças Armadas devem defender o país (caso de ameaças externas) e garantir os poderes constitucionais.

Satisfeito, Tuma queria apenas evitar mudanças no texto de Cabral, na parte referente às atribuições da Polícia Federal. Mas um ponto ainda preocupa o delegado: a impossibilidade de identificação criminal na fase de inquérito, antes do indiciado ser incriminado.

Na próxima semana dirigentes dos serviços de identificação criminal de todo o País estarão em Brasília para discutir o Serviço Nacional de Identificação, que será inviabilizado se o texto de Cabral não for alterado, na opinião de Tuma. Ele explica que várias pessoas respondem inquéritos em diferentes Estados, com identidades alteradas.

Tuma é retirado do plenário

O diretor-geral da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, passou ontem por uma situação, no mínimo, constrangedora. No fundo do plenário da Constituinte, onde acompanhava a votação do capítulo relativo à segurança pública, Tuma foi surpreendido com o apelo do líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, através do microfone de apertar, para que o diretor da Polícia Federal e outros lobistas que ocupavam indevidamente o plenário fossem retirados dali.

Para justificar o pedido, Brandão lembrou que, na véspera, o líder do PMDB, senador Fernando Henrique Cardoso, determinara a retirada de lobistas da área jurídica, que tumultuavam a reunião, e que seria melhor evitar pressões indevidas sobre o assunto em pauta ontem. Em meio a muitos cochichos, todos se voltaram para o diretor da Polícia Federal, que, sem graça, foi levado para o salão de cafézinhos pelos deputados que o acompanhavam.

Cercado pela imprensa, Romeu Tuma ainda tentou brincar: "Eu disse que não ia dar certo descer ao plenário, esse negócio de multiluz, muito jornalista". Ele explicou que fora ao Congresso para uma conversa com o relator Bernardo Cabral, sobre disposição de interesse da Polícia Federal. Para não criar problemas, procurou o local destinado a autoridades, no mezanino da galeria. Só desceu ao plenário a convite do deputado Miro Teixeira, vice-líder do PMDB, que o chamou para uma conversa com outros parlamentares.

Miro Teixeira, ao lado de Fernando Lyra, que também acompanhava Tuma, tentava pôr panos quentes na história: "Os ânimos estão mesmo meio exaltados, é natural, mas o delegado Tuma veio a nosso convite, não há qualquer problema".

Apesar de ter passado pelo menos quinze minutos sentado nas últimas bancadas do plenário ao lado dos lobistas da Polícia Federal, trocando idéias com um e outro constituinte, Romeu Tuma foi taxativo: "Eu não vim aqui fazer lobby, não preciso disso, lobby se eu quiser eu faço pelo telefone".

O papel dos lobistas foi, no entanto, louvado por Tuma, porque "é ao Legislativo mesmo que a gente tem de recorrer, errado é o constituinte que se submete ao lobby sem estar convencido da matéria". Ontem ele conseguiu um trunfo: o deputado do PT paulista, José Genoíno, desistiu de apresentar emenda retirando da Polícia Federal a atribuição de apurar infrações penais contra a ordem política e social. Genoíno recebeu os cumprimentos de Tuma, mas confessou depois que vai reapresentar a emenda em plenário e que só a retirou porque sentiu que ela não ia mesmo passar na Sistematização.

Não foi a primeira vez que o diretor da Polícia Federal foi pessoalmente à Constituinte defender questões de interesse da instituição. Em etapas anteriores, depois de apelos ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e ao relator Bernardo Cabral, ele conseguiu detalhar as responsabilidades e evitar choques nas atribuições das polícias federal, civil e militar.



Presença de Tuma é denunciada e ele, meio sem graça, deixa o plenário

Ministério Público ganha força

Por decurso de prazo, ficou aprovado ontem o texto do relator Bernardo Cabral que fortalece o Ministério Público e mantém o desmembramento entre a Procuradoria Geral da República e a Procuradoria da União. Esses pontos, que passaram sem votação por não terem sido apreciados pela Comissão de Sistematização no período de tempo destinado à matéria — vêm sendo mantidos desde a Subcomissão do Poder Judiciário.

O texto de Cabral dá autonomia ao Ministério Público, especialmente nos estados, onde os procuradores gerais passarão a ser eleitos por seus colegas e não mais pelo governador. O órgão não se limitará à ação penal pública, passando a atuar, também, como defensor do povo nas questões de interesse coletivo, "notadamente os relacionados com o meio ambiente, inclusive o do trabalho, e os direitos do consumidor, dos direitos indisponíveis e das situações jurídicas de interesse geral ou para colibir abuso da autoridade ou do poder econômico".

Também defenderá, judicial e extrajudicialmente, os direitos e interesses das populações indígenas, quanto às terras que ocupam, seu patrimônio material e imaterial. Atuará, ainda, para promover a responsabilidade dos ofensores.

Outra inovação é a inclusão da defensoria como órgão constitucional, "para orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

Duas emendas não vingaram

Os artigos 160 e 161, do substitutivo do relator Bernardo Cabral, relativos ao papel das Forças Armadas, sobreviveram na tarde de ontem a mais duas emendas que modificariam o texto, uma do deputado Lysáneas Maciel (PDT-RJ) e outra do senador Chagas Rodrigues (PMDB-PI). A primeira — propondo o Ministério da Defesa — nem chegou a ser votada, pois seu autor reconheceu erros de redação e de datilografia no texto e acabou retirando o pedido de destaque; a outra foi rejeitada por 74 votos contra 4.

Dois militares da reserva subiram à tribuna para falar contra a emenda do deputado Lysáneas Maciel — o senador Virgílio Távora (PDS-CE) e o deputado Otomar Pinto (PTB-RR), repudiando totalmente o teor da proposta. Para Otomar, os autores destas idéias querem colocar os militares no banco dos réus. Foi ele quem apontou todos os erros que fizeram Lysáneas admitir a retirada do pedido de destaque e voltar a defender a emenda, corrigida, no plenário da Constituinte.

Com ironia, Otomar disse reconhecer em Lysáneas "uma grande autoridade em Forças Armadas", apontando um dos dispositivos da emenda que acabava multiplicando por 10 o contingente militar no Brasil. Ao invés de colocar no texto que as Forças Armadas serão estabelecidas por lei complementar, Mas já ficou definido no texto que os militares punidos por indisciplina não poderão ser contemplados com o benefício do habeas corpus.

O serviço militar continuaria obrigatório, mantida a exceção para mulheres e eclesiásticos, em tempo de paz.

O senador Chagas Rodrigues retomou a proposta do anteprojeto da Comissão Afonso Arinos, apresentando emenda que destinava as Forças Armadas à defesa da Pátria e da Constituição, além da preservação da ordem pública, na forma da lei. Ele não quis retirar sua proposta e, além do seu, só recebeu votos favoráveis dos senadores Jarbas Passarinho (PDS-PA), Nelson Carneiro (PMDB-RJ), e do deputado Gerson Peres (PDS-PA).

PM sai fortalecida

Na disputa já antiga entre as polícias civis e militares, ontem à tarde, na Comissão de Sistematização, saiu ganhando a Polícia Militar. Ao aprovar destaque do deputado Hélio Rosas (PMDB/SP), por 90 votos a favor e dois contra, foi retirada do texto de Bernardo Cabral a atribuição de policiamento preventivo da polícia civil, que teve suas funções limitadas ao exercício da polícia judiciária e à apuração das infrações penais.

Ainda segundo decisão dos integrantes da Sistematização, a polícia civil deixará de ser "estruturada em carreira", como previa o substitutivo, para ser "dirigida por delegado de carreira". A emenda, destacada e defendida por Adylson Motta (PDS/RS), recebeu também o parecer favorável do relator Bernardo Cabral, por entendê-la "altamente moralizadora" e ainda porque "impede que abusos sejam cometidos com essa categoria, trazendo para dirigi-la pessoas estranhas ao quadro da polícia civil". Ela recebeu 85 votos a favor e não se registrou votos contrários ou abstenções.

Por falta de quorum, foi rejeitada emenda de Brandão Monteiro (PDT/RJ), que pretendia suprimir do texto a expressão "forças auxiliares". Luiz Salomão (PDT/RJ) e Otomar Pinto (PTB/RR) defenderam a tese de que as polícias militares não podem ser consideradas forças auxiliares do Exército, como estabelece o Projeto, porque com isso se estaria "ferindo um princípio constitucional", subordinando essas polícias a dois comandos ao mesmo tempo.